

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA

JOAQUIM NABUCO: PASSAGENS SOBRE ECONOMIA



CURITIBA

2022

FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA

JOAQUIM NABUCO: PASSAGENS SOBRE ECONOMIA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

CURITIBA

2022

RESUMO

O presente trabalho propõe apresentar as ideias econômicas de Joaquim Nabuco através de um levantamento bibliográfico de suas obras. O recorte temporal fixa-se no decorrer da vida dessa figura política, desde suas primeiras experiências na infância e adolescência, sua formação acadêmica e as atuações enquanto político, jornalista e diplomata brasileiro. Cada uma dessas fases terá atenção para os posicionamentos e visões sobre a Economia Brasileira e a formação econômica brasileira.

Palavras-chave: Formação Econômica Brasileira, Escravidão, Diplomacia.

ABSTRACT

The present work proposes to present the economic ideas of Joaquim Nabuco, through a bibliographic survey of his works. The time frame is fixed throughout the life of this political figure, from his first experiences in childhood and adolescence, his academic training and his performances as a Brazilian politician, journalist and diplomat. Each of these phases will pay attention to the positions on the Brazilian economy and economic formation.

Keywords: Brazilian Economic Formation, Slavery, Diplomacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVE BIOGRAFIA DE JOAQUIM NABUCO.....	9
3 JOAQUIM NABUCO: CANDIDATO E POLÍTICO NO IMPÉRIO DO BRASIL	11
4 A CAMPANHA ABOLICIONISTA DE JOAQUIM NABUCO	18
5 A ATUAÇÃO INTERNACIONALISTA E DIPLOMÁTICA DE NABUCO	24
6 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Através da leitura e análise das principais obras de Joaquim Nabuco, busca-se apresentar as ideias e posicionamentos dessa figura brasileira dentro campo econômico. No início desse trabalho será apresentada uma biografia sobre Joaquim Nabuco, tratando sobre suas origens, formação acadêmica e terminando com as suas atuações profissionais, como advogado, jornalista, político e diplomata.

O primeiro capítulo terá foco na atuação política de Nabuco e suas atribuições sobre a Economia de sua época e o que pensava sobre esse tema. Nesse recorte, será visto tanto a atuação de Nabuco como político em campanha como também já eleito deputado por Pernambuco.

O segundo capítulo terá o principal ponto da atuação de Nabuco dentro da História do Brasil – tratará de suas posições sobre o abolicionismo e os impactos da escravidão na Economia brasileira e também as sugestões dos benefícios econômicos que o fim desse regime poderia trazer para o desenvolvimento brasileiro segundo esse pensador.

Por fim, o terceiro capítulo tratará das posições de Nabuco enquanto ator dos campos das relações internacionais. Primeiro como abolicionista que manteve contato com os abolicionistas ingleses e suas percepções sobre a luta pelo fim da escravidão no Brasil. Depois, como próprio diplomata brasileiro nos EUA, onde Nabuco foi o primeiro representante do Brasil e teve grande destaque em seus contatos com a política estadunidense da época.

A justificativa para essa pesquisa se dá na importância do papel que Nabuco desempenhou para o Brasil durante o Império e também no início da República, sendo um dos principais nomes ligados à abolição da escravatura nesse país e alvo de inúmeros trabalhos nos campos da História e da Sociologia, que buscam compreender as suas concepções sobre a formação da população brasileira, seus aspectos gerais e específicos, e a formação do Brasil como nação, no que tange à história colonial e ao período do Império. Dessa forma, esse trabalho se propoe a preencher uma lacuna sobre as visões econômicas de Nabuco, visto que a maioria dos trabalhos realizados sobre o pensamento de Nabuco relacionam-se a História e a Sociologia. Objetiva-se então não apenas compreender os pensamentos de Nabuco sobre Economia através de suas principais obras, mas também contribuir

para que as pesquisas sobre Joaquim Nabuco tenham uma contribuição com essa pesquisa.

Portanto, o objetivo central desse trabalho é trazer as principais passagens de algumas de suas obras e dentro dos contextos em que essas foram escritas ou discursadas, sobre como Joaquim Nabuco entendia a Economia e também a economia brasileira. Junto a esse objetivo, se pretende trazer análises sobre como os efeitos da formação e dos pensamentos de Joaquim Nabuco puderam levá-lo a se posicionar e pensar sobre a Economia.

É importante frisarmos que o presente trabalho buscou atuar diretamente sobre os escritos de Joaquim Nabuco e algumas de suas principais obras, como o Abolicionismo, Minha Formação e outros. Por isso, o leitor poderá sentir faltar de referenciais teóricos essenciais a uma pesquisa sobre Joaquim Nabuco, como as obras de Jeffrey Lesser [2015], que discute os abolicionistas brasileiros, Antonio Penalves Rocha [2009], em que se observa as relações de Nabuco com os abolicionistas ingleses, Andrei Venturini Martins [2021], sobre o liberalismo de Nabuco e, por fim, a própria pesquisa realizada por Gilberto Freyre [2010] sobre esse pensador. Explica-se a falta desses referenciais com a justificativa dos interesses que buscamos ter com esse trabalho, ou seja, trazer a tona apontamentos das visões econômicas que Nabuco tinha, campo esse de análise que não foi possível encontrar grande material teórico para estudos. Por tanto, buscamos compreender os entendimentos de Nabuco dentro do campo econômico com o humilde intuito de que essa pesquisa servirá como um elemento para agregar nos já diversos trabalhos existentes sobre esse pensador, trazendo um viés diferente de análise sobre essa figura tão significativa da História do Brasil.

2 BREVE BIOGRAFIA DE JOAQUIM NABUCO

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 19 de agosto de 1849 – Washington, 17 de janeiro de 1910) foi um político, jurista, orador, poeta, memorialista e jornalista brasileiro. Além disso, foi historiador, sendo a data de seu aniversário (19 de agosto) o dia do Historiador no Brasil. Atuou também, no período do Império do Brasil e da chamada Primeira República, como diplomata. Teve sua formação na Faculdade de Direito do Recife e foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Vindo de uma família reconhecida no Nordeste por suas posses e participação na política, Joaquim Nabuco esteve constantemente próximo a influências que moldaram seus ideais. Segundo ele próprio, a principal delas foi seu pai¹, o jurista e político baiano José Tomás Nabuco de Araújo Filho. O autor comenta isso ao lembrar de suas posições radicais quando mais jovem, principalmente contrário à Igreja Católica [NABUCO, 2004] e com um cunho muito mais republicano, elementos que foram sendo deixados de lado com o decorrer de sua carreira política, muito ela pautada no que foi sendo deixado por seu pai.

Após a ida de sua mãe, Ana Benigna de Sá Barreto Nabuco de Araújo (irmã de Francisco Pais Barreto, marquês do Recife) e seu pai para o Rio de Janeiro, a serviço da corte, Nabuco ficou sob os cuidados de sua madrinha, Ana Rosa Falcão de Carvalho, no Engenho Massangana. Ali, Nabuco afirma que teve grande influência da sua formação católica, devido a madrinha ser muito religiosa, e também no contato com os escravizados, dos quais Nabuco afirmou lembrar com carinho da bondade desses - "meus moldes de ideias e de sentimentos datam quase todos dessa época" [NABUCO. 2004].

Em 1866, Joaquim Nabuco deu início a sua formação acadêmica na Faculdade de Direito de São Paulo, local de referência pelos pensadores liberais e abolicionistas e onde teve Rodrigues Alves, Afonso Pena, Castro Alves e Ruy

¹ "Nasceu em Salvador, Bahia, em 1813. Filho do senador homônimo, formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda. Atuou como promotor público e juiz de direito. Foi uma das principais lideranças do Partido Liberal, sendo deputado geral (1843, 1850, 1853 e 1857), presidente da província de São Paulo (1851) e senador (1858). Assumiu por três vezes a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1853, 1858 e 1865) e, em 1866, foi nomeado para o Conselho de Estado. A partir de 1872, empenhou-se na produção do primeiro código civil brasileiro. Texto integral disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/709-jose-tomas-nabuco-de-araujo>

Barbosa como colegas e José Bonifácio de Andrada como mestre. Sua formação foi finalizada na Universidade de Pernambuco, em 1869, mesmo ano que passou a atuar na área do direito. Sua atuação estabeleceu-se na defesa de escravizados e na luta pelo fim do sistema escravocrata brasileiro, o que resultou na obra “A Escravidão”. Após se formar em ciências sociais e jurídicas, no ano de 1870, Nabuco passou a contribuir com o jornal carioca, de cunho liberal, “A Reforma”, com textos em defesa da abolição da escravatura. Em 1874, passou a escrever para o jornal “O Globo”.

Nabuco foi eleito deputado pela província de Pernambuco, em 1878, realizando forte defesa pelo abolicionismo, lançando livro homônimo em 1883. No mesmo ano, junto de José do Patrocínio, fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Conseguiu ainda uma segunda eleição, 1887, chegando a levar a causa abolicionista no Brasil para o Papa Leão XIII, obtendo apoio desse pelo fim do regime escravocrata brasileiro.

Após essa atuação com vigor durante o período do Império do Brasil, retirou-se do cenário político e social, quando tal regime sucumbiu aos ideais positivistas e republicanos, voltando anos depois a serviço da diplomacia brasileira. Anos antes dessa volta ao campo da Relações Internacionais, Joaquim Nabuco organizou a fundação da Academia Brasileira de Letras, junto a seu amigo próximo Machado de Assis, em 1897².

Atuando como embaixador brasileiro e no campo das Relações Internacionais, em 1899, Joaquim Nabuco foi convidado para chefiar a delegação brasileira em Londres na defesa dos interesses brasileiros acerca dos limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa. Em 1905, foi nomeado o primeiro embaixador brasileiro em Washington, onde proferiu várias conferências sobre a cultura brasileira. No ano seguinte, presidiu a III Conferência Pan-Americana. Faleceu em 1910, nos EUA, ainda como embaixador do Brasil em Washington.

² Biografia de Joaquim Nabuco no sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/biografia>

3 JOAQUIM NABUCO: CANDIDATO E POLÍTICO NO IMPÉRIO DO BRASIL

Joaquim Nabuco, enquanto figura política, demonstrou ser um progressista ao longo sua carreira através da sua constante luta pelo fim da escravidão no Brasil. Também, em seus anos finais, seus discursos a favor de Pan Americanismo demonstravam suas posições para quais caminhos o Brasil deveria trilhar e esses estavam no bom relacionamento com os seus vizinhos nas Américas.

Ao mesmo tempo, Nabuco representava, enquanto figura social, o filho de uma aristocracia escravocrata e atrasada, que cresceu em meio a violência e os abusos que tal sistema infligia aos cativos. Nas palavras de Celso de Melo, “chama a atenção, especialmente, a contradição entre o sentimento antiescravista, que acompanha Nabuco desde a juventude e a afinidade – que tem algo de racional, algo de sentimental – com um regime político cuja a base era a própria escravidão.” [AMORIM, 2010].

Isso nos leva a afirmar que Joaquim Nabuco seria uma contradição enquanto figura política. O contato com os escravizados fez Joaquim Nabuco ter uma compreensão que o sistema vigente era um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, e no seu papel de diplomata, se esforçou na consolidação de ideias que afirmassem um sentimento de pan-americanismo, ou seja, uma aproximação com os países americanos lançando bases que demonstrassem aspectos iguais ou próximos a isso entre tais nações. Assim, o contraditório em sua figura existe quando, fiel defensor de um regime político, a monarquia, que tinha na escravidão sua base econômica, estranha-se, primeiro, o fato de que Nabuco foi herdeiro de riquezas e oportunidades que apenas lhe existiram através dos ganhos com a escravidão. E segundo, a defesa para que existisse uma ligação íntima com repúblicas americanas quando essas, desde suas independências, colocaram fim à escravidão.

Segundo Nivaldo Cordeiro, os biógrafos de Joaquim Nabuco apresentam-no como um conservador assim como foi Edmond Burke [CORDEIRO, 2020]. Segundo o mesmo autor, podemos observar esse conservadorismo em Nabuco quando escreveu que “a liberdade é sempre popular. A ordem só o é, de verdade, in extremis, nas horas das convulsões” [NABUCO, 2020]. Ou seja, a convulsão aqui teria significado de uma mudança estrutural no Brasil – e essa seria o sistema de

trabalho vigente, com o fim da escravidão. Para tal convulsão, Nabuco entendia que essa deveria ser liderada por representantes políticos que seguissem a civilidade e a ordem, sem existir qualquer tipo de ameaça às autoridades e a estabilidade civil. Colocava que esse movimento deveria se dar através da atuação do parlamento brasileiro, não devendo os movimentos civis serem guias para tal ação, já que a ruptura da abolição poderia ser temerosa caso fosse liderada por indivíduos que não fizessem parte do meio político, vistos por Nabuco como sem credibilidade. Segundo ele, a abolição deveria estar a cargo dos “aboliconistas que querem conciliar todas as classes, e não indispor umas contra as outras; que não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade toda” [NABUCO, 2020].

É difícil imaginar como seria possível uma abolição que não trouxesse nenhum prejuízo a alguma das classes. No que se relaciona à economia, o Brasil desse período tinha sua base financeira toda na escravidão; logo, imaginar uma abolição sendo realizada por agentes que pensassem também nos senhores de escravizados é dizer que havia em Nabuco uma posição conservadora que compreendia os agricultores como vítimas desse modelo de trabalho e também deveriam ser “emancipados” – nesse caso, entendemos que ressarcidos.

Um agente político liberal, mas que apresentava sua visão conservadora quando debatia assuntos de movimentos sociais. Entendia que convulsões sociais, fossem quais fossem, não representavam a luta que dizia lutar, mas sim era apenas um resultado violento, descontrolado e natimorta para o próprio movimento em si. “O flutuar de esperanças, sempre decepcionadas [com a política], dá lugar, de longe em longe, às revoluções, que são a concentração do desespero” [NABUCO, 2010a].

Já na apresentação da obra “Minha Formação”, Nabuco se diz como liberal tanto nos pensamentos como em seus posicionamentos [NABUCO, 2004], o que é interessante pois isso baseia-se em sua luta vivida pela libertação dos escravizados no Brasil, ao mesmo tempo em que essa luta foi realizada de maneira conservadora, agora que observamos passagens em que o autor se opõe a participações populares, formação de revoluções e turbas, bem como aspectos que pudessem infringir algum tipo de desequilíbrio na harmonia civil.

Essa visão liberal, colocada e defendida por Nabuco, ocorreu quando esse realizou uma longa defesa pelo modelo parlamentarista no Brasil. Nabuco acreditava

que esse tipo de governo seria o ideal, trazendo influências da Inglaterra, com a existência do Parlamento e a Monarquia, ao mesmo tempo em que tece críticas ao modelo republicano representativo dos EUA [NABUCO, 2004].

Nesse debate, Nabuco traz um exemplo da economia sobre os impostos, que quando criados pelo poder Executivo em muitas vezes se veem travados pelo poder Legislativo. Portanto, o ideal seria estabelecer uma união [NABUCO, 2004] entre o poder Legislativo e o poder Executivo para que esse tipo de desavença não ocorra com tanta frequência. Um dos principais objetos da legislação é o lançamento dos impostos. As despesas de um governo civilizado variam sem cessar e devem variar, se o governo faz o seu dever. Se as pessoas encarregadas de prever todas essas necessidades da administração não são as que fazem as leis, haverá antagonismo entre elas e as outras. Os que devem marcar a importância dos impostos entrarão seguramente em conflito com os que tiverem reclamada o seu lançamento. Haverá paralisação na ação do Poder Executivo, por falta de leis necessárias, e erro na da legislatura, por falta de responsabilidade [NABUCO, 2004].

Quando Nabuco defende que os responsáveis por fazerem as leis não são os mesmos que projetam as necessidades financeiras para administração pública, deixa evidente sua preferência pelo modelo parlamentar, onde as decisões são tomadas via parlamento, sem haver em grande medida os entraves políticos tão comuns ao modelo presidencialista, com disputas entre os poderes Legislativo e Executivo. Mais do que isso, afirma que quando existir esses conflitos de poderes, a economia será afetada pelo poder Legislativo por esse não ter a responsabilidade sobre sua aplicabilidade e atuação dentro da administração pública – responsabilidade essa do Executivo.

Essa visão foi apresentada com base nos estudos da obra *The English Constitution* (1867) de Walter Bagehot, a quem Nabuco classificava, ao lado de pensadores como Grote, Stuart Mill e John Morley, representantes do que ele chamou de “radicalismo positivista inglês”. Para esse autor, “as ideias que devo a Bagehot são poucas, mas são todas elas, por assim dizer, chaves de sistemas e concepções políticas, de verdadeiros estados do espírito moderno” [NABUCO, 2004]. Ou seja, Nabuco deixa clara sua percepção política sendo baseada nos conceitos de Monarquia Parlamentarista de Bagehot segundo o modelo político

inglês – “passava para mim, em direito constitucional, um verdadeiro evangelho” [NABUCO, 2004].

Partindo para sua carreira política de fato, Nabuco proferiu diversos discursos nas campanhas de que participou, dentre eles, no bairro Corpo Santo em Recife onde Nabuco discorreu sobre o comércio. O autor critica a escravidão afirmando que essa é sinônimo de monopólio, e, sendo isso, comércio e escravidão são termos excludentes. Mais ainda, afirma que o papel do comércio é destruir monopólios, portanto seria esse o entendimento que os comerciantes de Recife deveriam ter a respeito do sistema escravocrata [NABUCO, 2010b].

No mesmo discurso, Nabuco proferiu: “Pois bem, senhores, não quererá essa parte do comércio compreender que à escravidão é devido o estado ansioso da agricultura, que o crédito pessoal da lavoura está quase destruído pelos hábitos e pela educação do regímen de trabalho que ela adotou, que o seu crédito real oferece uma base muito restrita ao capital que podia fecundar o solo, porque a incerteza do valor do homem anulou o valor da terra, e que desse estado de coisas agravado pelo preço baixo do açúcar, para a lavoura, e pela baixa do câmbio, para o comércio, resulta uma taxa alta de juro que é a ruína mesmo do agricultor, que ele não tem possibilidade de pagar” [NABUCO, 2010b].

Joaquim Nabuco entendia que os empréstimos realizados pelos agricultores que se utilizavam de mão de obra escravizada, levavam esse setor da economia brasileira à crise, pois cada vez mais eram grandes as quantias necessárias para a compra de escravizados e os retornos cada vez menores. Além disso, quando comenta sobre o valor da terra e o valor do homem, deixa transparecer que a utilização da mão de obra escravizada não dava tantas garantias quanto eram necessárias para os credores desse regime, já que como dito, os retornos não conseguiam tranquilizar esses emprestadores – decorrência da péssima condição de saúde que os escravizados tinham e suas precárias instrumentalizações do trabalho, que não possibilitavam o desenvolvimento da produção. Por fim, esse quadro de crise se fecha quando o preço baixo de venda do açúcar sofria com a desvalorização do câmbio brasileiro, pois os pagamentos dos juros desses empréstimos e dívidas eram realizadas em moeda de maior valor, normalmente a libra inglesa, o que impossibilitava ganhos reais uma vez que a produção dificultosa

com a escravidão, gerando poucos lucros e com o câmbio brasileiro não poderiam alcançar os patamares necessários para pagar essas dívidas e empréstimos.

Quanto ao café, Nabuco levantava que a concorrência, logo que surgisse, infringiria no sistema escravocrata brasileiro uma dura derrota, assim como passou a existir para o açúcar. O autor afirmava que as regiões produtoras do café na época, como Rio de Janeiro e São Paulo, em específico no Vale do Paraíba, iriam se ver como os estados do Norte, defasados economicamente e com uma economia desestruturada devido à dependência da mão de obra escravizada, que não iria suportar a concorrência posta por outros produtores do café. Haveria uma catástrofe financeira quando a escravidão fosse liquidada [NABUCO, 2010a], pois segundo Nabuco não haveria tempo para a estruturação de um novo modelo de trabalho e suas relações para que o café brasileiro continuasse com a liderança mundial ou, ao menos, competitivo.

Em outro discurso no Recife, Nabuco apresentou sua defesa pela nacionalização do comércio, que seria a atividade local conseguir enfrentar a concorrência externa. Deixa claro que não defendia uma nacionalização com monopólios, o que demonstra sua visão liberal, mas acreditava que era sim possível a vitória do comércio brasileiro – o que ele não explica como iria se realizar – com ares imaginativos de honra e patriotismo para se alcançar tal empreitada [NABUCO, 2010b].

Enquanto parlamentar, deixou claras suas críticas à falta de autonomia das províncias brasileiras, com os impostos sendo a principal causa dessa discussão, já que não havia clara distinção entre os impostos e as rendas provinciais e as gerais. Para tanto, sempre foi crítico das contas públicas e da grande burocracia estatal, como será visto posteriormente [NABUCO, 2010b].

Nabuco também se demonstrava contrário à Lei de Terras, que estabeleceu que a posse da terra no Brasil seria dali em diante, 1850, firmada e comprovada apenas com o título de compra. E podemos colocar até mesmo que era a favor de um conceito de reforma agrária ou, como o próprio autor coloca, de uma nova lei para o campo no Brasil - “[uma] lei agrária, que, por meio do imposto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o domínio público toda imensa extensão de terras que o monopólio escravista não cultiva nem deixa cultivar” [NABUCO, 2010b].

Portanto, não apenas via a necessidade de o Brasil desenvolver uma nova legislação sobre a posse da terra como também atingir os grandes latifúndios improdutivos, o que para seu tempo é de um radicalismo enorme, observando que o Brasil, durante o Império, tinha mais de 70% da população vivendo no campo e sendo comandada por uma pequena parcela de grandes agricultores, conhecidos pela historiografia brasileira como os “Barões do Café”, que tinham o domínio sobre essas terras e grande influência sobre a vida dessa enorme porcentagem da população brasileira.

Já em sua campanha abolicionista em Recife, em 1884, Nabuco se afirmou novamente como um candidato liberal, apoiado pelo Partido Liberal. Em sua fala, trouxe aspectos não apenas para o fim da escravidão, mas também que quando houvesse uma lei que acabasse com a escravidão, a mesma também fosse uma lei agrária, o que demonstra essa defesa pelo acesso à terra para populações carentes que não conseguiam obter tais propriedades. Nabuco afirmava: “é preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra e que o Estado os ajude a sê-lo” [NABUCO, 2010b]. Ou seja, mesmo liberal, entendia que a questão da terra no Brasil era um assunto a ser debatido e comandado pelo Estado.

E continuou “Quanto a mim, tenho tanto medo de abalar a propriedade destruindo a escravidão quando teria de destruir o comércio acabando com qualquer forma de pirataria. Por outro lado, não tenho receio de destruir a propriedade fazendo que ela não um monopólio e generalizando-a, porque onde há grande número de pequenos proprietários a propriedade está muito mais firme e solidamente fundada do que onde por leis injustas é o privilégio de muitos poucos” [NABUCO, 2010b].

Claramente vemos que Joaquim Nabuco era um entusiasta da distribuição de terras, um modelo de reforma agrária, além de ser crítico da citada Lei de Terras, que aparece em seu discurso como fonte de um privilégio para poucos, o que era realidade à época no Brasil uma vez que essa, quando promulgada, veio na esteira da Lei Eusébio de Queirós, que prejudicou as elites agrárias, principalmente os chamados “barões do café” do Vale do Paraíba, com o fim do tráfico de escravizados no Oceano Atlântico. Portanto, houve a necessidade de uma contrapartida pelo campo político brasileiro, dominado em boa parte por esses mesmos representantes da agricultura de exportação, que encontraram na Lei de

Terras a forma de concentrar latifúndios e impedir que o acesso à terra em nosso país fosse facilitado, e sim, houvesse um complicador para camadas inferiores da sociedade rural para a obtenção da posse da terra.

Dessa forma, um outro fator econômico que foi atingindo por essa lei e em conjunto a escravidão, foi a classe dos lavradores, que ao não terem a facilidade para o acesso à posse da terra, com muitas dificuldades, sobreviviam à concorrência desleal com a escravidão [NABUCO, 2010a]. Nabuco entendia que essa parcela da população que estava à margem do campo tinha que ter destinação após o fim da escravidão e esse seria ocupar os locais que até então eram dos cativos.

Concluindo esse capítulo, vemos que Joaquim Nabuco atuando na política, demonstrou ser um liberal defensor da Monarquia Parlamentarista e do trabalho assalariado para o desenvolvimento econômico do Brasil. As influências de pensadores ingleses se fizeram muito presentes para Nabuco ter esse posicionamento, e seu lado conservador estava sempre relacionado ao temor de uma participação popular em tomadas de decisão por parte do Estado.

Dessa forma, o Estado representava para Nabuco uma instituição essencial para o controle e desenvolvimento econômico, já que seria responsável pela transição do modelo de trabalho e de políticas para a eliminação das mazelas resultantes da escravidão. Um exemplo dessas mazelas estaria nos monopólios criados dentro da agricultura pela pequena parcela de agricultores que detinham grande parte das terras e das riquezas advindas dessa produção.

Outro aspecto relevante para a Economia encontra-se na desvalorização cambial existente no Brasil, o que favorecia essa pequena parcela de produtores rurais, o que para Nabuco seria eliminado com a advento da mão de obra assalariada e a maior participação no campo de outros produtores.

Para tal, citamos novamente a interessante posição de Nabuco quando cita a necessidade de uma nova lei de terras e suas críticas ao modelo até então estabelecido no Império do Brasil.

4 A CAMPANHA ABOLICIONISTA DE JOAQUIM NABUCO

Nabuco defendia a abolição da escravatura por entender que essa era um impeditivo ao desenvolvimento do Brasil. Fosse ele social, político, cultural ou econômico, a escravidão para Nabuco sempre foi a principal mazela brasileira. Uma passagem marcante sobre esse tema pode ser vista em “eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhas, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi esse o traço inesperado que me descobriu a ela ocultava.” [NABUCO, 2010c].

Os efeitos dessa mazela, seriam para Nabuco, extremamente negativos e maléficos para o futuro do Brasil uma vez que a escravidão, presente em nosso país há mais de 300 anos, já havia estabelecido raízes tão fortes e influentes que uma lei que viesse a acabar com a escravidão, como foi a Lei Áurea em 1888, não seria suficiente para colocar fim a toda essa herança que a escravidão havia deixado para o Brasil. Podemos citar, sem haver nem mesmo a necessidade de explicações aprofundadas, que o racismo estrutural aqui se encaixa como o melhor exemplo dessa herança maldita – piadas, ofensas, violências de todos os tipos com a população preta brasileira – já era uma preocupação de Nabuco muito antes da alforria de todos os cativos brasileiros.

Entretanto, como o presente trabalho busca dar mais atenção ao viés econômico, enxergamos no pensamento de Nabuco que os efeitos da escravidão para a economia brasileira representavam não apenas o atraso industrial e comercial, mas também ao trabalho. De forma muito interessante, Joaquim Nabuco estabelece que a escravidão teve como uma das suas principais características criar no povo brasileiro uma visão de que o trabalho é algo ruim e que diminuiu o indivíduo – e que o verdadeiro valor da labuta estava na obtenção de riquezas através do trabalho alheio. Em outras palavras, Nabuco apresentou que existe, no Brasil, um conceito de não se trabalhar ser um sonho e ideal de vida para muitos – como se o ócio fosse algo positivo e um objetivo a se alcançar em vida.

Esse contexto nasceu, para Nabuco, de uma elite que se estabeleceu através do trabalho de escravizados, uma vez que a esmagadora maioria dessa camada social, à época do Império do Brasil, ou eram donos de terras e escravizados ou então herdeiros de grandes fortunas que foram constituídas com a escravidão e eram homens que estavam nas cidades participando do jogo político. Seja um, seja o outro, o trabalho braçal no Brasil foi sendo visto como algo negativo e que pertencia apenas aqueles das baixas camadas populacionais. Assim, segundo Nabuco, como poderia uma nação se desenvolver e crescer economicamente se sua própria elite econômica enxerga no trabalho algo que não lhe pertence? Como essa elite poderia criar oportunidades e desenvolver negócios, fábricas, indústrias, maiores e melhores campos de plantio, se o trabalho não deve pertencer aos homens de bom caráter e boa família?

Essa influência social sobre a população brasileira tomava outro rumo, ou preocupação, por parte de Nabuco. Demonstrava sua preocupação com o papel da imprensa e como essa tem o poder de persuasão da população, tendo a possibilidade de formar opiniões e ver a população seguir tais ideias [NABUCO, 2020] – o que para Nabuco significaria, no caso de jornais escravocratas – um risco a sua empreitada pelo fim da escravidão no Brasil. Quem sabe por isso Joaquim Nabuco buscou escrever para jornais e neles expor suas percepções políticas e econômicas sobre os efeitos da escravidão no Brasil, como o jornal “A Reforma”. Nesses jornais o leitor poderá encontrar inclusive demais visões de Nabuco sobre esse assunto com maior teor sociológico.

Outro levantamento realizado por Nabuco foi a identificação de que muitas propriedades rurais e riquezas foram se perdendo no decorrer dos anos devido ao mau emprego dos valores obtidos com a escravidão. Isso foi consequência do próprio sistema escravocrata que não reinveste na diversificação econômica, tendenciado apenas a utilizar os ganhos financeiros obtidos com o trabalho dos cativos na compra de novos cativos e assim sucessivamente. Dessa forma, a terra, fonte dessas riquezas, ao não ser cuidada, passou a encontrar a sua extenuação e, conseqüentemente, foram vistos pelo Brasil diversos casos de herdeiros de escravocratas que tiveram que buscar outras atividades, como o funcionalismo público, uma vez que a propriedade rural acabou por ser penhorada para o pagamento das dívidas com os negociantes de escravizados. Além disso, as

próprias condições degradantes a que eram sujeitos os cativos não permitiam que houvesse uma alta taxa de sobrevivência, justificando a constante busca em se adquirir novos cativos. “As propriedades, com a extinção dos vínculos, passaram das antigas famílias da terra, por hipoteca ou pagamento de dívidas, para outras mãos, e os descendentes dos antigos morgados e senhores territoriais acham-se hoje reduzidos à mais precária condição imaginável, na Bahia, no Maranhão, no Rio e em Pernambuco, obrigados a recolher-se ao grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão, que é o funcionalismo público.” [NABUCO, 2010a]

Interessante notar o teor ácido com que Nabuco se refere ao funcionalismo público, deixando mais um aspecto dos seus pensamentos econômicos à mostra, por considerar a grande máquina pública como prejudicial ao Brasil e sendo um grande espaço para dar emprego para todos os indivíduos que buscavam uma forma de sobrevivência através do Estado. “Se, por acaso, o Estado despedisse todos os seus pensionistas e empregados, ver-se-ia a situação real a que escravidão reduziu os representantes das famílias que a exploraram no século passado e no atual, isto é, como ela liquidou-se, quase sempre pela bancarrota das riquezas que produziu.” [NABUCO, 2010a].

Ou seja, não fosse o funcionalismo público absorver os herdeiros da escravidão, poderia ver a real situação dos efeitos negativos que a escravidão causou até mesmo para aqueles que viveram dela. E Nabuco foi além dessas posições também quando afirma que a escravidão tem total relação com o funcionalismo público – “A estreita relação entre escravidão e a epidemia do funcionalismo publica não pode ser mais contestada que a relação entre ela e a superstição do Estado-providência – nesse regime, tudo se espera do Estado” [NABUCO, 2010a]. Se para o proprietário de escravizados sua produção era esperada através do trabalho forçado das mãos dos cativos, não seria diferente para os descendentes dessa elite agrária que tudo esperaria do Estado, para resolver suas complicações financeiras após sofrer com as perdas das riquezas antes obtidas com os cativos, como citou Joaquim Nabuco.

De forma sumarizada, Nabuco apresentou o quadro econômico brasileiro como resultado através da escravidão: “Em todos os sentidos foi ela, e é, uma obstáculo ao desenvolvimento material dos municípios: explorou a terra sem atenção à localidade, sem reconhecer deveras para com o povo de fora das suas

porteiras; queimou, plantou e abandonou; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu pontes nem melhorou rios, não canalizou a água nem fundou asilos, não fez estradas, não construiu casas, seque para os seus escravos, não fomentou nenhuma indústria, não deu valor venal à terra, não fez benfeitorias, não granjeou o solo, não empregou máquina, não concorreu para progresso algum da zona circunvizinha. O que fez foi esterilizar o solo pela sua cultura extenuativa, embruteceu os escravos, impedir o desenvolvimento dos municípios e espalhar em torno dos feudos senhoriais o aspecto das regiões miasmáticas, ou devastadas pelas instituições que suportou, aspecto que o homem livre instintivamente reconhece [NABUCO, 2010a].

As duras acusações quanto aos efeitos na urbanização causados pela escravidão refletem-se na degradante situação de cidades brasileiras, em que bairros ainda tinham cabanas como moradias e nas calçadas se via o “miserável e esqualido antro do africano, como a sombra grotesca dessa riqueza (da escravidão) efêmera e do abismo que atrai” [NABUCO, 2010a].

Outro fator levantando como consequência dentro desse quadro econômico resultante da escravidão volta-se para o desenvolvimento regional, ou a falta desse. Joaquim Nabuco coloca que a vida provincial no Brasil do século XIX estava voltada para as capitais. Fora essas localidades, não existiam grandes centros urbanos no Brasil, demonstrando a falta de desenvolvimento regional. E para as pequenas cidades existentes, faltavam água, luz, gás e outras estruturas funcionais de uma cidade. “Não tem vida própria, que não preenche função alguma definitiva na economia social”. Para Nabuco, “são esses os grandes resultados da escravidão em trezentos anos [NABUCO, 2010a].

O desenvolvimento industrial também foi foco de Nabuco, que deixou claro a impossibilidade de esse existir enquanto houvesse escravidão no Brasil. “Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre” [NABUCO, 2010a]. Para Nabuco todo o desenvolvimento necessário para o desenvolvimento industrial é travado pela escravidão – escolas não existem e o próprio desenvolvimento em educação e pesquisa também não – não havia o interesse em desenvolver a ciência. A estabilidade para os investidores industriais, que poderiam gerar empregos aos operários, também não – isso por haver no Brasil uma legislatura no papel da

Câmara e do Senado altamente contaminada com os interesses das elites agrárias, principalmente no papel do Partido Conservador. Por fim, na relação do comércio internacional, o câmbio enfraquecido também afetava diretamente a industrialização, uma vez que impossibilitava a compra de insumos e tecnologias quando necessárias. Para Nabuco, a política de desvalorização da moeda nacional servia para “conservado baixo [o câmbio] quanto possível para o café, que é pago em outro, valer mais que papel”. Ou seja, uma política estatal que buscava desvalorizar a moeda nacional para obter vantagens na venda da sua base econômica que era o café [NABUCO, 2010a].

Com todos esses fatores, a indústria não se viabilizaria. E sem ela, o comércio também não. Essa é outra área afetada pela escravidão. Não havendo indústrias nacionais, o comércio sofre com a falta de produtos e a variedade desses, uma vez que a pauta brasileira se torna agrário-exportadora. Para Nabuco, a escravidão serve como uma voz de ódio à concorrência e contra a nacionalização do comércio.

Ainda sobre a educação e a cultura, havia a falta de livrarias, jornais, fontes de estudos práticos que pudessem desenvolver o progresso intelectual no Brasil, que dependia de poucas fontes de informações à época [NABUCO, 2010a]. E Nabuco entendia que após o fim da escravidão, haveria um grande trabalho a se fazer, com a educação séria para que os entraves e a própria estrutura escravocrata fosse desatada e encontrasse seu fim. Por isso, a importância desses elementos culturais serem desenvolvidos o quanto antes no Brasil eram urgentes.

Para solucionar tantas problemáticas, um de seus discursos, esse no bairro Madalena, região rica de Recife, trouxe algumas respostas e propostas de Nabuco, na campanha abolicionista de 1884, onde o autor revelou o quadro econômico do Império: “o país chegou ao extremo de sua força taxativa; os impostos não podem ser aumentados. O nosso orçamento tomou proporções colossais, que assentam, como eu já disse, sobre estes quatro pilares carcomidos: a apólice, a dívida externa, o papel-moeda, o déficit”

Nesse discurso, Nabuco discorreu sobre tal situação e buscou apresentar o fim da escravidão como uma solução a esses pilares problemáticos do Brasil, onde encontrou no trabalho assalariado a resposta para a recuperação financeira nacional. Para o autor, a saída seria uma política firme de contenção de gastos nas

despesas públicas, investir na industrialização do Brasil e favorecer o emprego das camadas sociais agrárias que estavam ociosas devido aos efeitos da escravidão. Dessa forma, a parcela de desempregados seria ocupada, a dívida externa poderia ser melhor sanada com a produção agrária e industrial, bem como haveria uma valorização do câmbio nacional.

Concluindo esse capítulo, podemos entender que a campanha abolicionista de Joaquim Nabuco não chegou a tocar diretamente a questões econômicas, mas indiretamente trouxe diversos aspectos a serem levantados. Nabuco defendia a abolição da escravatura por entender que esse regime de trabalho impedia os desenvolvimentos industriais e comerciais do Brasil. Prejudicava também a visão sobre o trabalho no Brasil, colocado como negativo.

Outro aspecto esteve nas acusações feitas as propriedades rurais que foram passando das mãos dos escravocratas para as mãos dos comerciantes de escravizados. Isso atingiu a máquina pública, alvo de críticas de Nabuco, por acabar tendo que empregar muitos indivíduos que já não tinham outra saída que não o trabalho dentro do Estado. Se no primeiro capítulo, enquanto político, Nabuco defendeu a participação estatal na transição do regime de mão de obra, como abolicionista criticou o Estado por ser responsável em fomentar a máquina da escravidão e ainda compensar as perdas dos agricultores que não conseguiram se manter em suas propriedades.

Por fim, o desenvolvimento regional, nas cidades foi prejudicado pela escravidão, e a presença da miséria e pobreza também foram colocadas por Nabuco como resultantes da escravidão, que não possibilitava o desenvolvimento industrial brasileiro, assim não criando postos de emprego fosse nesse setor, fosse no setor de comércio, onde poder-se-ia obter um fomento ao desenvolvimento econômico para as regiões brasileiras.

5 A ATUAÇÃO INTERNACIONALISTA E DIPLOMÁTICA DE NABUCO

Antes de ser diplomata, Nabuco realizou viagens para a Europa (especialmente para a França), o que, segundo ele próprio, lhe deu o entendimento para a vida política, em específico, a diplomacia [NABUCO, 2004]. O interesse específico por essa área ocorreu quando Nabuco se sentiu impactado e incomodado com a questão da Alsácia-Lorena e o debate que questionava a posse territorial e econômica dessa região pelos alemães³⁷. Além dessa passagem por Paris, Londres foi responsável por um capítulo [NABUCO, 2004] inteiro em sua obra “Minha Formação”, onde o autor tece diversos elogios sobre a capital inglesa e como essa influenciou também sua formação enquanto apreciador das artes, filosofia e como pensador e figura política – esse último aspecto já citado anteriormente, sobre a Monarquia Parlamentarista inglesa.

Essas colocações nos levam a observar a grande valorização que Joaquim Nabuco deu para a cultura europeia ocidental por um determinado tempo de sua vida, com a valorização e elogios ao chamado “velho continente”. No campo da Economia, após vários comentários da Inglaterra e suas instituições e organização civil e política, o utilitarismo se faz presente no texto [NABUCO, 2004] de Nabuco, quando esse afirma que “esse espírito prático, positivo, é a experiência do utilitarismo, do espírito de crias e acumular riqueza, característico da raça. O utilitarismo manifesta-se em que as reformas devem ter uma vantagem econômica: pelo menos indireta, e justifica-se por algarismo. Ao lado, porém, da corrente utilitária, há a corrente imaginativa ou de ideal, moral, nacional, religiosa.” [NABUCO, 2004].

Colocando que a raça, no caso os ingleses, seriam responsáveis por um modelo político influenciado por essa visão utilitarista, que teria grande parcela de presença nas tomadas de decisão do campo econômico. Para tal, a consequência de se obter o maior bem-estar social possível, segundo essa teoria econômica, algo presente em Nabuco se lembrarmos de suas percepções quanto a importância do Estado para o fim da escravidão, atingindo a parcela que se beneficiava desse regime, para alcançar um desenvolvimento pujante para o Império do Brasil.

Também antes de sua atuação como diplomata, Joaquim Nabuco sempre esteve ligado ao campo das relações internacionais através dos laços que

estabeleceu com a intelectualidade inglesa que compartilhava o anseio pelo fim da escravidão – a British and Foreign Anti-Slavery Society.

Em suas relações com os abolicionistas ingleses, Nabuco estabeleceu uma intensa troca de correspondências onde pôde colocar suas ânsias e atualizar os movimentos políticos e abolicionistas no Brasil para seus companheiros na Inglaterra. Nelas, acusou todas as medidas que o meio político brasileiro buscou para impedir suas eleições e como aspectos políticos buscavam estabelecer travas para o estabelecimento completo do abolicionismo. Deixou claro o déficit que a escravidão causava ao Brasil, com o aumento dos impostos somados a uma desvalorização da moeda nacional em 40% [NABUCO, 1985]. Esse quadro foi consequência das políticas de indenização e mantimento do trabalho escravizado por parte do Estado, segundo Nabuco.

Foi também em contato com os abolicionistas ingleses que Joaquim Nabuco alcançou um grande feito para o projeto da abolição – obteve uma reunião com o Papa e solicitou desse a publicação de uma bula papal que condenasse a escravidão – feito obtido e de grande repercussão para a causa abolicionista no Brasil [NABUCO, 1985].

Em 1905, Joaquim Nabuco foi nomeado o primeiro embaixador brasileiro em Washington, onde proferiu várias conferências sobre a cultura brasileira em universidades dos EUA, como Yale e Columbia. No ano seguinte, presidiu a III Conferência Pan-Americana, em companhia do Secretário de Estado estadunidense Elihu Root, com quem compartilhava o anseio por uma política do pan-americanismo e uma maior aproximação dos Estados das Américas. Segundo Celso Amorim: "é um dos primeiros intelectuais brasileiros a trabalhar e priorizar o conceito de América do Sul. Coloca-se como um "espectador sul-americano", chama atenção para o fato de que "dia a dia torna-se mais importante, para nós, conhecer o estado político da América do Sul" [AMORIM, 2010].

Nabuco sempre buscou, em seus discursos, trazer à tona as mais importantes relações que houvessem de semelhança entre as nações americanas. E podemos dar a esse pensador a importância de ter sido, como diplomata brasileiro, um dos primeiros a buscar mudar o foco das relações internacionais brasileiras, que até então eram quase todas voltadas para a Europa, e olhar para os países americanos, com ênfase para os EUA [BETHELL, 2010].

Sua permanência nos EUA levou Nabuco a apresentar essa nação como um caso a se seguir pelo Brasil, quando posto o exemplo dos estados do sul, que após a guerra de secessão e o fim da escravidão, passaram a desenvolver indústrias e o comércio, bem como aspectos culturais, uma vez que a intelectualidade passou a se desenvolver de forma ampla e desimpedida [NABUCO, 2010a]. Como foi colocado anteriormente, Nabuco compreendia a necessidade de uma educação formadora no Brasil para que a estrutura escravocrata que havia se estabelecido pudesse ser superada. Assim, para esse autor, o exemplo dos EUA seria uma possibilidade de caminho para o Brasil seguir quando houvesse a abolição.

“Não há dúvida que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil à terra, benéfico ao distrito onde ela está encravada, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país e elevar o nível de todo o povo” [NABUCO, 2010a]. Da mesma forma, ao comparar com os EUA, lembra os aspectos do trabalho assalariado que possibilita investimentos, a industrialização e, como o autor coloca, civilizar o país.

E atuando dentro desse país, Joaquim Nabuco teve a marca de estabelecer boas relações com o presidente Theodore Roosevelt. Uma das suas principais atuações como diplomata brasileiro em Nova Iorque foi em 1909, quando foi proposto um imposto a ser criado sobre a importação do café brasileiro nos EUA e Nabuco soube conduzir essa situação negociando e se encontrando com vários deputados e senadores dos EUA até reverter tal quadro e impedir a criação do imposto que atingiria a base da economia nacional [NABUCO, 2010a].

Marcou também sua defesa não apenas pela ideia do pan-americanismo, mas também pela Doutrina Monroe, com até certa inocência em suas passagens, pois sempre pareceu entender essa como uma política de defesa das Américas e atendendo aos interesses americanos – quando em realidade foi essa doutrina que possibilitou políticas como o Big Stick e suas intervenções militares pelas Américas – atendendo também os interesses econômicos estadunidenses [MARIZ, 2011].

Uma possível explicação para esse posicionamento de Nabuco, que por vezes se afirmou como defensor da Doutrina Monroe BETHELL [2010], está relacionada a sua atuação e derrota na disputa brasileira com a Inglaterra sobre os limites com a Guiana Inglesa. Um pouco antes de se tornar diplomata em Washigton, Nabuco acabou por liderar a defesa dos interesses brasileira nessa

questão fronteiriça em Londres, onde o Brasil saiu perdedor de suas reivindicações, o que foi um duro golpe [MARIZ, 2011] para Nabuco. Portanto, a preocupação de Nabuco voltava-se para o contexto do imperialismo mundial que as nações europeias aplicavam aos continentes africanos e asiáticos, logo, a Doutrina Monroe seria uma ferramenta de defesa para as Américas contra possíveis tentativas de recolonização europeia ou uma divisão dos territórios americanos como foi visto e feito com a África na Conferência de Berlim em 1885 [BETHELL, 2010].

Por fim, observamos que a atuação diplomática de Joaquim Nabuco foi uma fase de transformação desse pensador. Antes, influenciado pelos pensadores europeus, com destaque para o Utilitarismo de Bentham e sua busca por obter o maior bem estar social possível nas tomadas de decisão, aspecto evidente nas passagens já vistas de Nabuco, um claro defensor da atuação dos meios estatais para obtenção das melhores quantidades de bem-estar social, Nabuco passa a enxergar no imperialismo nascente das nações europeias um risco a soberania brasileira, fato muito pontual com a derrota diplomática de Nabuco na questão das fronteiras brasileiras com a Guiana Inglesa. Por isso, Nabuco volta-se aos EUA como aliado e protetor dos interesses americanos e para isso, passa a ser defensor da Doutrina Monroe e do próprio meio de intervenção militar dessa, o Big Stick.

Mesmo tendo o conhecimento do poderio militar dos EUA, Nabuco não pareceu enxergar nesse fato uma ameaça ao Brasil, mas via nessa nação exemplos de sucesso no que tange ao fim da escravidão e como as regiões do sul que passaram a utilizar a mão de obra assalariada obtiveram um desenvolvimento não apenas industrial e comercial, mas também intelectual e de ensino.

6 CONCLUSÃO

Joaquim Nabuco marcou seu nome na História do Brasil por ter sido uma das principais vozes contra a escravidão. Através de textos, de atuações no campo jurídico, político e como líder de organizações a favor da abolição, Nabuco representa um pensador que lutou pela libertação dos cativos no Brasil e compreendeu que apenas com o fim desse sistema de trabalho o país poderia dar início a diversos processos para seu desenvolvimento, como a industrialização, o fortalecimento do comércio e da moeda, como também, e o principal desses, o desenvolvimento de uma intelectualidade brasileira que pudesse auxiliar no crescimento do Brasil.

Para tanto, o campo da Economia nunca foi o cerne de suas discussões e seus comentários, e quando ocorriam, de rápida passagem, apresentou ideias liberais e que criticavam o Estado paternalista, com uma máquina pública cheia de funcionários que prejudicavam as contas nacionais. Porém, ao mesmo tempo que realizava tais críticas, Nabuco não enxergava no Estado todo elemento de atraso. Monarquista, entendeu que o Estado deveria ter um papel essencial nesse processo de construção de um novo país, atuando para fomentar a indústria e auxiliar o comércio, e a realização desses objetivos passariam pela abolição dos escravizados e o emprego de milhares de brasileiros que estavam ociosos por não ter acesso a terra e muito menos a possibilidade de posse dessa.

Mesmo não havendo um compilado considerável sobre a Economia, inclusive de demais autores que tenham focado nesse campo de análise, buscamos deixar evidente nesse trabalho que Nabuco compreendia a importância do desenvolvimento brasileiro com o fim da escravidão, o que levaria a diversas vantagens para a Economia brasileira, ao possibilitar uma melhora nas contas públicas com uma maior arrecadação, o início de um processo de industrialização, o que abriria empregos bem como o resultado desses vistos no comércio brasileiro interno e também externo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. *As duas vidas de Joaquim Nabuco: o reformador e o diplomata*. Conferência do ministro Celso Amorim na Academia Brasileira de Letras em homenagem ao centenário do falecimento do embaixador Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro, 18 jan. 2010. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BETHELL, Leslie. *Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neca/a/JT5d8zCPZMZ8fDbTtHP5tQP/?lang=pt>

Biografia de Joaquim Nabuco no sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/biografia>

Biografia de José Tomas Nabuco de Araújo no sítio eletrônico do Arquivo Nacional – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/709-jose-tomas-nabuco-de-araujo>

MARIZ, Vasco. *Joaquim Nabuco, o Diplomata*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Revista IHGB, 2011. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-451/item/108355-joaquim-nabuco-o-diplomata.html>

NABUCO, Joaquim. *Cartas aos Abolicionistas Ingleses. Organização e apresentação de José Thomaz Nabuco*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1985.

NABUCO, Joaquim, *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NABUCO, Joaquim. *Essencial Joaquim Nabuco*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010

NABUCO, Joaquim. *Pensamentos Soltos*. São Paulo: Linotipo Digital Editora, 2020.